



CulturAche

ANO XV Nº 199

BOLETIM INFORMATIVO DA ADEPAC DE S. MIGUEL DE ACHA

OUTUBRO DE 2021

Editorial

António Milheiro



FEIRAS

Que nos lembremos a nossa terra nunca teve feiras famosas, como por exemplo a feira das sementes, na Orca e a feira das frutas, também conhecida pela feira das gulosas em Proença-a-Velha.

Se a memória não nos atraiçoa a feira anual que se faz na nossa terra, agora sem qualquer expressão, é em 15 de Agosto e a lembrança que tenho dela era a feira do gado que se realizava no Largo do Rossio. Outras se fazem noutras terras também com alguma fama, como por exemplo na Lardosa, onde fui com o meu pai, uma vez, quando era pequeno, pelo caminho do Monte Pinheiro, para comprar umas botas.

Das que referimos, a mais frequentada pelas nossas gentes era a das gulosas em Proença. A designação que lhe foi atribuída e que se realizava nos Santos, justificava-se porque havia ali toda a espécie de bolos e toda a espécie de fruta, da qual destacamos os “malápos” pelo sabor e odor que tinham.

La quase toda a gente a pé, conduzindo os porcos presos por uma corda, bem como as vacas, os vitelos e os burros para venderem, caminhando pela estrada até às “estaquinhas” e aí apanhava-se um caminho que conduzia à feira, encurtando o percurso.

Por essa altura, eramos nós muito jovens, 5 ou 6 anos, os meus avós paternos viviam numa quinta a meio da barreira dos Sesmos e a minha avó aproveitava a passagem dos feirantes para, na valeta da estrada, vender tremoços enquanto eu vendia copos de água numa bilha a 2 tostões cada um.

POSTAL ILUSTRADO

O Postal deste mês é uma foto da porta de entrada da nossa associação, na casa de Santo António.



Sofia Gonçalves

BOLSA DE FARRAPOS - um contributo para a melhoria do meio ambiente.

A propósito da comemoração do Dia Mundial do Ambiente, a 5 de Junho passado, interroguei-me sobre o que podemos nós fazer, na qualidade de simples cidadãos, para defender o Planeta Terra, no qual habitamos, e que se tem vindo a degradar dia a dia em função de atitudes menos adequadas exercidas por todos em conjunto e cada um em particular, minando e destruindo, talvez até, inconscientemente, o espaço onde vivemos.

Segundo o último relatório (2021) da ONU - Organização das Nações Unidas e da FAO - Organização da ONU para a alimentação e Agricultura, "... a humanidade está a utilizar cerca de 1,6 vezes a quantidade de recursos que a natureza pode fornecer de forma sustentável, sendo necessário, nos próximos dez anos, recuperar uma área equivalente ao tamanho da China e



aplicar um plano semelhante para salvar os Oceanos. Isto significa que os esforços de conservação até então feitos são insuficientes para evitar o colapso do ecossistema e a perda da biodiversidade, conceitos fundamentais para a manutenção da vida na Terra com qualidade. Ao restaurar a saúde e a produtividade dos ecossistemas terrestres e marinhos degradados, podemos reduzir a perda de biodiversidade, travar as alterações climáticas, criar empregos e aumentar a saúde e o bem-estar dos cidadãos, situação que

poderá ser um contributo importante para a criação de um planeta mais saudável."

Questões de tão grande dimensão, parecem inacessíveis a cada um de nós, simples habitantes do Planeta. Contudo, sabendo-se que é urgente fazer algo, somos levados a pensar que posso eu, ou melhor, nós fazer para que esta situação venha a melhorar num curto espaço de tempo.

A verdade é que a preocupação com o bem-estar do planeta, o único que temos, parece estar cada vez mais presente e a exigência da mudança é visível em cada dia que passa.

Gestos tão simples como comprar fruta em mercados locais, apostar nas mercearias a granel, utilizar guardanapos de pano, bolsas de farrapos ou de pano, entre muitas outras coisas, prometem ser o caminho certo para a mudança. Hoje em dia, muitos de nós já adquiriram este hábito assumindo esta postura.

As atitudes sustentáveis que presentemente assumimos para a defesa do meio ambiente, não parecendo, foram-nos transmitidas pelos nossos avós, pois identificamo-las como a sua prática diária. Vistas como tão inovadoras, de facto não o são.

Recordemos o que se passava nos anos 40 e 50 ou melhor, conversemos com os nossos avós, e rapidamente concluímos que, afinal, todos estes hábitos já são bem mais antigos do que imaginávamos e que muitos outros hábitos sustentáveis, com características de tempos antigos, estão a regressar, a ser adotados por nós e a tornarem-se numa prática do nosso quotidiano.

Vale a pena voltar às bolsas de farrapos e referir que antes da massificação do uso das bolsas de plástico, que tantos danos causam à natureza, em qualquer casa, nomeadamente nas Beiras, nas cidades e nas zonas rurais, era natural e comum a existência de um sem número de bolsas de farrapos ou de pano para um sem numero de utilizações.

Pelo interesse que merecem bem como pelo seu forte contributo na melhoria do ambiente, sublinho o uso de bolsas de farrapos, costuradas pelos nossos avós e que hoje são já um "ex-líbris", uma peça de artesanato, diria mesmo uma obra de arte na nossa sociedade. Para os nossos avós qualquer resto de pano de um avental ou de uma camisa, um retalho de uma cortina ou um bocadinho de uma camisa de noite ou de um pijama era o material suficiente para, harmonizando cores, normalmente vivas, conjugados padrões e tamanhos, resultavam obras de uma beleza invejável, como comprova a foto anexa, onde a bolsa maior poderá ter muito próximo dos cem anos.

O interior era forrado com um bocado de pano de lençol ou de um riscado que eventualmente se comprava para o efeito. A abertura da bolsa, "boca", de uma ou duas "abas", era constituída por um tecido uniforme por onde passava um ou dois cordões que se puxavam para fechar a bolsa. O tamanho da bolsa variava em função da sua finalidade.

Quem não se lembra dos bolsas com a aposição da palavra "Pão" bordada no tecido, costurado pelos nossos avós e utilizados apenas para o simples gesto de com-

prar o pão?

As bolsas mais bonitas podiam ainda servir, tal como hoje, de "mala de mão" quando as mulheres iam às feiras ou aos mercados.

No fundo voltar aos tempos antigos recuperando e incentivando o uso de artigos tradicionais é uma atitude com muita dignidade, contribuindo para a preservação da nossa cultura e do ambiente a nível mundial. Nesta fase de mudança é exigido a cada um de nós comportamentos adequados à construção de um ambiente mais sustentável e um mundo com maior qualidade de vida para todos. Ganhar esta batalha é responsabilidade de todo o cidadão do mundo.

Pensar nestes simples gestos e atitudes é desde já o início de um processo de mudança para hábitos mais sustentáveis com o objetivo de ajudar a salvar o planeta, sendo que nunca é tarde para que as bolsas de farrapos, desde já, voltem a ser importantes, valiosas, modernas e inovadoras nos tempos que correm.

Colaborar é o lema.

NOTÍCIAS PORTAL ADEPAC

O Portal ADEPAC, já está disponível na internet através do link; <https://adepac.pt/>, local onde é possível encontrar temas referentes à história local, consultar o jornal online e visitar temas do Grupo de Cantares Tradicionais de S. Miguel de Acha. Informe-se sobre o que fazemos e também, se o

desejar, contactar-nos por email através do Portal ou por telefone. Estamos sempre onde o podemos servir melhor.

NOVOS AUTARCAS

Na sequência do último acto eleitoral, tomaram posse, no dia 19 de Outubro, para gerir a nossa freguesia os seguintes cidadãos:

- Junta de Freguesia - Presidente: Ana Cristina Geraldês Milheiro (PS);

Secretário: Alberto Milheiro Esteves Vaz (PS); Tesoureira: Cecília Patrícia Quintas (PS).

- Assembleia de Freguesia - Presidente da Mesa: Adalgisa Patrícia Leitão Dias (PS); 1º Secretária: Inês Filipa Carvalho Raposo (PS); 2º Secretário Jorge Miguel Milheiro Pires (PS).

Membros da Assembleia: Alberto Umbelino Gonçalves (PS); Sílvia Pires Nogueira (PS); José Anselmo Carreiro (MPT) e Mário Alberto Chaves Magro (MPT).

Desejamos que todos se unam na defesa da nossa terra, no seu progresso e no seu engrandecimento.

ANIVERSÁRIO DO CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL

O nosso Centro Social festejou no dia 1 de Outubro o seu 30º aniversário. As comemorações iniciaram-se pela manhã no salão da Junta de Freguesia com a participação do Dr. Pedro Machado dos Santos, com raízes na nossa terra, especialista em psicologia clínica, que dissertou sobre os problemas da velhice como as demências, a depressão e a soli-

dão. O Senhor Bispo de Portalegre e Castelo Branco, também presente nas comemorações, referiu a problemática da solidão que leva os idosos a não se sentirem amados.



O Senhor Padre Martinho, Presidente do Centro e a Senhora Maria de Lurdes Pombo, presidente das IPPS do distrito, levantaram o problema da falta de apoios financeiros do Estado. O Senhor Presidente da Câmara, Armindo Jacinto, elogiou o trabalho destas instituições considerando-as fundamentais para o bem estar dos idosos. O nosso Centro tem 10 utentes em centro de dia e presta apoio domiciliário a mais 14 pessoas.

Após o almoço servido no Centro, o nosso Grupo de Cantares fez uma atuação para utentes e



convidados.

TEATRO

No dia 10 de Outubro, no âmbito do Festival de Teatro “Ajidanha”, o Grupo de teatro Vitrine, de Fa-

fe representou no salão da Junta a peça “Morrer Devagar”.

MOMENTO POESIA



MINHA CASA PEQUENA

Queria chegar
na minha casa primeira,
ao fim.

Queria o sol
entrando pela manhã,
lavando-me o rosto
que o silêncio da noite
encheu de repouso.

Queria que a saudade
soubesse o respeito
que tenho pela minha
casa pequena.

Queria subir e descer
as escadas que eram
de madeira,
quantas vezes quisesse.
Queria nos últimos dias
que a vida me desse
estas alegrias!

O tempo, foge de mim
quando o quero gastar
na minha casa primeira
sem escadas de madeira e,
já sem o telhado de telha vã.

Queria acordar nela
e ver o sol pela manhã
beijar a minha janela
e acordar passeando nela
até o fim chegar:

Mas, tenho tanta pena!!
Não posso escolher
a minha casa pequena
para ficar a viver!

Esse cenário,
mudou co a cena!

João Alberto Bentes, 29-11-2014

LOCAL

Restauro das Telas da Igreja Matriz de S. Miguel de Acha

Quem nunca deteve o seu olhar maravilhado perante as telas do Altar-mor da nossa Igreja! Escurecidas pelo tempo, deixam de forma indelével perceber a delicadeza das formas e a riqueza das composições. Imagine-se quando estavam em todo o seu esplendor... É isso que pretende a Comissão de Cidadãos que se uniu para este propósito.

É certo que outros investigadores e historiadores se detiveram e admiraram as composições, mas foi após a visita do Professor Vítor Serrão (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa ARTIS-IHA/FLUL) e da Professora Teresa Desterro (Instituto Politécnico de Tomar) no âmbito do Projecto “Ordo Christi” e da posterior publicação nas redes sociais, a 1 de Junho de 2019, que os olhares dos Historiadores da Arte se voltaram para admirar o magnífico retábulo epimaneirista, com sete telas de elevadíssima qualidade plástica e iconográfica.

Estas pinturas são surpreendentes, tal como a sua história... O retábulo é originário do extinto convento de Santo António de Idanha-a-Nova, fundado em 1630 pela Província Capucha da Piedade. A qualidade das sete telas, de meados do século XVII, dominadas por forte naturalismo proto-barroco, mostram conhecimento das correntes artísticas de Castela e da Andaluzia, e neste momento exigem uma intervenção de con-

servação e restauro. De pintor desconhecido, pela qualidade apresentada, trata-se certamente de um mestre com capacidade de execução acima da média, para esta região interior. O retábulo terá sido contratado e custeado por Domingos (?) Giraldes de Andrade, Capitão-mor de Idanha-a-Nova e Comendador da Ordem de Cristo.

A Comissão de Cidadãos retomou em força os trabalhos, que ficaram suspensos devido à Pandemia Covid19, tendo conseguido congregar diversos apoios individuais e institucionais em torno deste património de elevado interesse histórico, desde logo o Município de Idanha-a-Nova, que colocou à disposição o seu quadro técnico e apoio logístico e institucional, assim como outros, que se entendam necessários para a boa execução deste projecto.

Para além do Restauro estão previstas várias acções em torno desta temática: conferência, exposição fotográfica e documental, visitas orientadas e criação de um grupo de voluntariado para implementar visitas – cuidadores do património.

A Comissão é constituída pelo pároco Martinho Mendonça, Manuel Ruivo, Alberto Gonçalves, José Ramos Alexandre, António Catana e Adalgisa Dias.

JORNAL EM PAPEL

Como certamente já repararam, o nosso jornal está com outra cara, acrescentado mais temas o que implica ter que acrescentar mais folhas e mais despesa com tinteiros e mais papel, para além do custo dos selos do correio para os

que são enviados para os sócios que residem fora.

Porque nos tempos que correm todos ou quase todos os sócios e leitores possuem computador, solicitamos que nos enviem o respetivo email para assim nos pouparem trabalho a tirar o jornal em papel e evitar custos.

Assim, agradecemos que nos enviem os vossos emails para **amihreiro@sapo.pt**.

PAGAMENTO DE QUOTAS

Lembramos aos nossos associados que podem pagar as suas quotas através de transferência bancária para o IBAN PT50 003 503 690 001 952 913 051.

ÓBITOS

Não houve.

Ficha Técnica

Diretor: António Milheiro

Diretora Adjunta: Sofia Gonçalves

Internet: Mário Milheiro

Colaboradores neste número: Manuel Alberto Ruivo, Alberto Gonçalves, Sofia Gonçalves, João Alberto Bentes e Adalgisa Leitão Dias

Propriedade: Associação de Defesa do Património Cultural de S. Miguel de Acha - ADEPAC Associada da INATEL com o n.º 5 627

Apoios: Município de Idanha-a-Nova e INATEL.

Endereço: Bairro do Chão do Castanheiro, Lote 62 - 6060-511 S. Miguel de Acha.

Telefone. 968 629 276

E-mail : adepac@sapo.pt

Distribuição gratuita aos associados.

Local



São Miguel de Acha Reabilitar/Manter/ Requalificar

Foi aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal de Idanha a Nova no passado dia 10/Set/2021, o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) para a execução da Operação de



Reabilitação Urbana (ORU) sistemática relativa à Área Urbana (ARU) de São Miguel de Acha.

Pelo que se pode deduzir a cada ARU corresponde uma ORU.

Após Parecer do Instituto de Reabilitação Urbana, o processo foi submetido a consulta pública conforme Aviso Nº 6999/2021 publicado em Diário da República 2ª Série Nº 75/2021, e, posteriormente terá de ser, e foi, aprovado em Assembleia Municipal.

Durante o período de discussão pública, 5 (cinco) habitantes em São Miguel de Acha fizeram, sugestões, reclamações e ou observações, cujas propostas foram na sua grande maioria aceites e aprovadas.

O prazo definido para o desenvolvimento da operação de Reabilitação Urbana de São Miguel de Acha, estima-se em 10 (dez) anos a contar da data da aprovação.

No quadro seguinte são enunciadas as principais acções estruturantes de reabilitação urbana aprovada para o desenvolvimento da Operação de Reabilitação Urbana de São Miguel de Acha e o respectivo investimento estimado:

Acções Estruturantes

- Reabilitar o edificado privado degradado da Área Urbana: 1.450.000.00€.
- Requalificação do Jardim de Infância de São

Miguel de Acha: 120.000.00€.

- Manutenção e Conservação do Edifício de Extensão do Centro de Saúde: 75.000.00€.
- Requalificação do Centro de Dia: 150.000.00€.
- Requalificação do Castelo de São Miguel de Acha: 300.000.00€.
- Requalificação do Salão Paroquial: 290.000.00€.
- Reabilitação do Edifício da Junta de Freguesia: 85.000.00€.
- Reabilitação da Igreja Matriz: 120.000.00€.
- Reabilitação da Capela Santa Catarina e envolvente: 110.000.00€.
- Beneficiação e Substituição de redes e infraestruturas de abastecimento de água e saneamento: 100.000.00€.
- Beneficiação das condições de acessibilidades e de mobilidade no Centro Histórico: 75.000.00€.
- Requalificação de Arruamentos: 50.000.00€ de maior permanência: 150.000.00€.
- Requalificação do Parque Infantil: 15.000.00€.

Total do Investimento: 3.090.000.00€

O investimento global previsto para o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de São Miguel de Acha, consubstancia 3.090.000.00 € (três milhões e noventa mil euros) com a menor fatia prevista para as intervenções do setor privado com 1.450.000.00€ (um milhão quatrocentos e cinquenta mil euros).

O investimento publico será de 1.640.000.00€ (um milhão seiscentos e quarenta mil euros), estando projetado a comparticipação de parte deste valor por fundos de financiamento público.


Assim espera-se que o investimento de natureza pública produza um efeito de alavancagem no investimento privado envolvendo os proprietários primordialmente a afetar á reabilitação de edifícios para fins habitacionais, comerciais e de serviços.

Proximamente continuarei a explicitar esta informação –documento aprovado em Assembleia Municipal focando a descrição das acções estruturantes e o quadro de benefícios fiscais.

Alberto Gonçalves

Cadernos CulturAche

ADEPAC: Cultura, Tradições e Costumes

Este suplemento é parte integrante do Boletim Informativo CulturAche -N.º 199 - Outubro 2021
Coordenação: Adalgisa Dias 



Quais as razões que levaram ao fracasso do Golpe de 25 de novembro de 1975?

Resumo

Esta pergunta orientará a investigação, que seguirá uma abordagem histórica, através um método cronológico, sobre a análise do PREC e do ‘Verão Quente’, fruto das radicalizações ideológicas no interior do MFA. Este apoia movimentos de esquerda, o ‘gonçalvismo’ e alguma extrema-esquerda, entrando em confronto político com a direita e o centro-esquerda. Procura-se encontrar razões que forçaram este golpe e da existência de duas interpretações sobre o mesmo. Se houve mau aprestamento e desorganização com o abandono das principais figuras ou capacidade de os opositores forçarem o adversário, que já denotava dificuldades, a comparecer no terreno, a fim de o derrotar. Pretende-se, igualmente, perceber o seu impacto na imprensa, o papel de atores a nível internacional, das instituições ligadas a Portugal e ainda o comportamento de uma população que, apesar da sua aliança na revolução com o MFA, rejeitou aventureirismos, abortando o que poderia ter sido uma guerra civil. Verificar ainda se a propalada ‘Aliança Povo-MFA’ se foi esbatendo, gorando as expectativas dos organizadores do golpe, que contavam com

o apoio popular, o que, conjugado com o abandono de alguns dos protagonistas principais, veio a resultar no insucesso do golpe.

Revisão da literatura

A partir de 1975 e na sequência do golpe falhado de 11 de março, pelas forças da extrema-direita, veem ao de cima as crispações e divergências quanto ao rumo a seguir quer dos militares que incorporam o MFA e o Conselho da Revolução quer de outros protagonistas da revolução que se encontravam fora destes movimentos.

“Entre 1974 e 1976, vive-se em Portugal um período de transição pré-constitucional dominado por ambiente ideológico esquerdizante fruto de uma recentragem - utópica e libertária - à esquerda” (Mendes, 2020:174). A população olhava com admiração a instituição militar já que esta a libertara de um jugo com 48 anos. A aliança ‘Povo-MFA’ era exaltada. Por outro lado, associado a estes fenómenos, devido a uma maior participação no processo democrático, crescem algumas divisões com o aumento do poder reivindicativo através de manifestações e greves.

Contudo uma maioria da população apoia as

forças políticas liderada pelo PS, PPD e os militares moderadas, que defendem, acima de tudo, a continuação do processo democrático.

O PREC e o “Verão Quente”, decorrentes do 11 de março de 1975, vão instalar uma radicalização ideológica à esquerda através dos Governos provisórios de Vasco Gonçalves apoiados pelo PCP. As tensões no MFA e o apoio de alguns dos seus elementos a projetos de esquerda radical vão levar ao golpe do 25 de novembro de 1975.

A literatura revela alguma discordância sobre como este golpe foi organizado e das razões que o motivaram ou forçaram. Sobre as desistências, pelo menos das figuras principais, há poucos esclarecimentos e algumas ambiguidades. Cunhal afirma “(...) que, não existia, do lado dos comunistas, uma cadeia de comando militar, um plano, uma organização ou poder para avançar. Segundo Cervelló, (...) a esquerda militar cria uma espécie de ‘diretório’ (...) um grupo político-militar (...) que mantinha frequentes contactos com o PCP (...)” (Reis, 2016:51). Acerca da possibilidade de uma guerra civil alguns autores defendem que existiu uma “contrarrevolução mansa que se estabeleceu com a “normalização democrática”. Para outros, mantém-se a dúvida e questionam se “(...) houve ou não uma tentativa de golpe de Estado (...) e quais os seus autores?” (Rosas, 2014/15: 13).

Mantem-se uma incerteza que nem esclarece quem foram os autores do golpe nem evidencia se o mesmo esteve ou não para se concretizar, em face das desistências já que receavam enfrentar os “their opponents who were prepared to fight back” (Castanho, 2015:24). Talvez por isso um semanário da altura anunciava em título nas suas páginas, “Um golpe descomandado” (DN, 25.11.1975). As primeiras páginas dos Diários de Notícias (25.11.1975, p.2) e Expresso

(01.12.1975, p.1) espelham essas divergências insanáveis, enquanto evidenciavam a desorientação dos protagonistas do golpe.

Há ainda quem acrescente que os acontecimentos trouxeram “a consolidação do regime democrático-liberal em Portugal” (Varela, 2012:420). A ideia subjacente ao golpe é que tudo não passou de um processo político-militar com uma fraca e rápida confrontação entre uma esquerda utópica de um lado e as forças moderadas vencedoras do outro. A literatura revela ainda que existem duas interpretações distintas face às razões que levaram ao fracasso do golpe de 25 de novembro: uma que se centra na desorganização, falta de liderança, mau aprestamento do golpe e da desistência dos protagonistas principais; e, outra, que destaca as ações das forças moderadas, civis e militares, que “iniciaram acções tendentes a provocar o adversário para o obrigar a responder ou então a perder por falta de comparência” (Varela, 2012:420). Esta razão é abordada também por outros autores, concluindo que “a Esquerda Revolucionária Militar respondeu à última provocação do campo oposto” (Cruzeiro, 2001: ponto 6).

Costa Gomes liderou a crise, conseguiu gerar consensos que evitaram um mal maior, Melo Antunes do Grupo dos Nove (dos moderados), Ramalho Eanes e Vasco Lourenço em conjunto com o PS e PPD encontraram formas de unir esforços na consolidação do processo democrático. Vasco Gonçalves demite-se e o PCP ‘reabilita-se’ para se manter no processo político da democracia.

Do ponto de vista teórico, segundo William Thompson (1975), a força dos golpes militares abrange uma ampla gama de abordagens e focos analíticos, envolvendo questões que tratam de dois níveis básicos de análise: o sistema sociopolítico e o subsistema militar.

Características essas ou atributos do sistema/

subsistema em que se acredita que facilitam ou dificultam a ocorrência de golpes. E, nessa conformidade, a política de golpes pode ser generalizada através de um processo de vulnerabilidade do regime, e que estes se desenvolvem quando as estruturas e líderes governamentais perderam ou estão em processo de perder as bases de apoio político além do militar. A estas associa-se a falta de suporte do regime em face dos baixos níveis de desenvolvimento económico, de mobilização social e de ordem pública, a que se aliam ainda a alguns pontos fracos na organização militar, como as clivagens internas e a falta de coesão. Todavia as motivações ou da falta delas sobre o golpe ainda estão pouco explícitas na literatura, bem como a ausência de conhecimento sobre pensamento da extrema-esquerda, face às múltiplas fações no interior deste movimento revolucionário. Acrescenta-se ainda alguma controvérsia em volta da interpretação dos factos históricos e dos protagonistas do golpe de 25 de novembro de 1975.

Descrição dos acontecimentos

Quais as razões que levaram ao fracasso do Golpe de 25 de novembro de 1975?

O objetivo geral a que propomos é identificar as razões que levaram ao golpe de 25 de novembro de 1975 e contribuir para a clarificação das distintas interpretações sobre o fracasso do mesmo.

- Analisar as clivagens e falta de coesão no interior do MFA, as razões que levaram ao alheamento de algumas figuras de relevo, que abandonaram o processo e perceber motivos que geraram desconfianças por parte de personalidades do Conselho da Revolução;
- Compreender os movimentos sociais, a imprensa e o contexto internacional na sua interação com o clima que se vivia em Portugal (a perspectiva de uma guerra civil que, poderá nunca ter estado imi-

nente);

Perceber se houve planos dos mentores do golpe ou a sua inexistência deriva de não encontrarem condições para o realizarem com sucesso ou ainda a perceção de que a direita e o centro-esquerda os puxavam para uma armadilha. Por fim, a missão impossível de encontrar derrotados.

Porém, face às lacunas encontradas na literatura, importa esclarecer um conjunto de outras questões por forma a cumprir os objetivos de investigação acima definidos.

O 25 de Novembro cruza-se numa multiplicidade de acontecimentos com o sistema político, militar, social e internacional. É um processo que levanta sempre muitas dúvidas na sua abordagem e tem 'leituras' diferentes por parte da literatura que se debruça sobre o assunto. Existe a continuidade de uma questão central sobre se houve ou não uma tentativa de golpe de Estado. E a existir quem foram os seus autores, o que motivou o seu abandono e, acima de tudo, quem deu a ordem para os para-quadristas saírem.

Mantem-se a polémica sobre se foi uma tentativa de golpe ou uma clarificação da vida político-militar portuguesa. Há um conjunto de protagonistas no interior do MFA que vão tomando opções radicais durante o PREC e o 'Verão Quente' de 1975, assumindo uma radicalização ideológica liderada no terreno pelos governos provisórios gonçalvistas apoiados pelo PCP. Alguns militares moderados, como Melo Antunes do 'Grupo dos Nove', Vasco Lourenço e Eanes entre outros, em conjunto com o PS de Mário Soares, preferencialmente, e PPD de Sá Carneiro, são oposição ao movimento da esquerda e da extrema-esquerda que se começa a desenvolver a partir do MFA e do Conselho da Revolução. É, por isso, necessário problematizar os comportamentos, decorrentes desta ação, dos conselheiros da Revolução, do

Presidente da República Costa Gomes e da demissão de Otelo de comandante da Região Militar de Lisboa.

Importa, também, questionar a importância dos atores internacionais, considerando que existia uma preocupação clara dos EUA e da Europa Ocidental, em plena Guerra Fria, no apoio da Rússia, embora não assumido totalmente, no decurso do PREC à ‘aliança’ MFA-PCP liderada pelos Governos Provisórios de Vasco Gonçalves. Existe também um crescente interesse dos Estados Unidos e da Europa Ocidental no desenvolvimento político em Portugal, que fica a dever-se à participação deste no sistema de defesa da NATO. Para além disso, existiam canais de comunicação já estabelecidos em instituições europeias e comércio bilateral – NATO, EFTA e CEE, que ligavam Portugal ao mundo.

Na dimensão político-ideológica, estava em causa a escolha de um modelo de regime político, sendo fundamental identificar as fações existentes no MFA e o debate político entre elas. Melo Antunes defende uma democracia pró-Ocidental ao mesmo tempo que lança um desafio aos radicais do MFA, afirmando que as forças moderadas estão preparadas para resistir ao golpe. Vasco Lourenço e Eanes têm a mesma opinião, mantendo este grupo contatos preferenciais com o PS (Reis, 2016:50). Vai-se definindo uma clara maioria que se opõe ao golpe e que não deseja entrar numa possível guerra civil. Neste âmbito, questiona-se a importância da comunicação social, uma vez que ocorrem vários conflitos, nomeadamente com o jornal República e saneamentos no Diário de Notícias, Emissora Nacional, Rádio Nascença e RTP.

Fica a pairar a dúvida se houve ou não tentativa de golpe. Dos seus principais mentores sabe-se pouco. Os que são acusados de abandonar o projeto desmentem a sua participação. Sobre os pla-

nos ou não existiram ou encontram-se incompletos ou ainda “(...) havia planos a mais e chefes a menos” (Cruzeiro, 2005: ponto 1). Transparece grande desorganização no comando de uma operação que não encontra os apoios desejados e para mais a ‘Aliança Povo-MFA’ não funcionou a seu favor. Perante esta situação, ganha força a tese da armadilha montada pelos opositores ao golpe, que forçaram o adversário a comparecer, mesmo sem já evidenciar capacidade, a fim de o derrotar em campo. Estes encontravam-se organizados, tinham apoios e pretendiam uma clarificação político-militar num processo inequívoco para um caminho democrático. Irão vencer e assinar o segundo pacto com o MFA em fevereiro de 1976.

As relações entre as múltiplas componentes do problema serão abordadas através de uma metodologia histórica, de base descritiva e explicativa, recorrendo a análise documental (fontes primárias, em particular o conteúdo da imprensa da época, e secundárias, como biografias e relatos de história oral) e bibliográfica. Na bibliografia, foi utilizada a literatura existente sobre este momento histórico em Portugal, bem como sobre o papel dos atores internacionais no período em análise.

Esta investigação pretende, assim, verificar a seguinte hipótese de trabalho: se a ‘Aliança MFA-Povo’ se foi diluindo, dados os receios da sociedade portuguesa que o país se envolvesse numa guerra civil. Perceber se as expectativas dos organizadores do golpe, face ao apoio popular, eram superiores ao que se veio a verificar. Isto, conjugado com o abandono de alguns dos principais protagonistas face ao projeto de modelo político protagonizado, que veio a resultar no fracasso do golpe de 25 de novembro de 1975.

Manuel Ruivo

Referência Bibliográfica

I Fontes primárias

Diário de Lisboa, 25 novembro 1975, Nº. 55/18927. [Consultado em 25.11.2020]. Disponível em: casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06824.174.27405#!1, pp. 1-20.

Diário Notícias, 25 novembro 1975, Nº. 39329, Bobine nº. 33, (BNP), pp. 1, 3-4.

Diário Notícias, (2ª. Edição), 25 novembro 1975, Nº. 39329, Bobine nº. 33, (BNP), p. 1.

Expresso, 22 novembro 1975, Nº. 154, Bobine nº. 9, (BNP), pp. 1-2, 5, 12.

Expresso, 1 dezembro 1975, Nº. 155, Bobine nº. 9, (BNP), pp. 1-4, 7-11.

II Bibliografia

CASTRO, Francisco – "A CEE e o PREC." In *Penélope: revista de história e ciências sociais*, nº. 26, 2002, pp. 123-157. [Consultado em: 2021.01.09]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/194546>.

CASTAÑO, David – "A practical test in the détente: International support for the Socialist Party in de Portuguese Revolution (1974-1975)". In *Cold War History*, vol.15, Issue, 2015, pp.1-26. [Consultado em:2020.11.14]. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14682745.2014.932349>.

CRUZEIRO, Maria Manuela – "25 de NOVEMBRO- QUANTOS GOLPES AFI-NAL? Comunicação apresentada em 2005 no Colóquio sobre o 25 de Novembro, realizado no Museu da República Resistência (Lisboa)". In Centro de Documentação 25 de Abril. [Consultado em: 2020.11.01]. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th10>.

GOMES, Pedro Marques – "A Dimensão Internacional da Transição Democrática em Portugal:A Influência da Europa". In *População e Sociedade*, n.º 34, 2020. [Consultad em: 2021.01.21]. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/numero-atual-1/populacao-e-sociedade-n-o-34>.

PIMENTEL, Irene Flunser – 25 de Novembro de 1975, fazer a sua história, Público. (25. Nov. 2020).

REIS, António, SANTOS, Paula Borges, REZOLA, Maria Inácia – *Dicionário de História de Portugal 25 de Abril. (Volume III)*. Lisboa: Figueirinhas, 2016.

ROSAS, Fernando – "Ser ou não ser. A Revolução portuguesa de 74/75 no seu 40. ° aniversario". In *FORUM* 49/50, 2014/2015, pp. 5-15. [Consultado em: 2020.11.01]. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/forum/article/view/2306/2419>.

STOCK, Maria José – "O centrismo político em Portugal: evolução do sistema de partidos, génese do «Bloco Central» e análise dos dois parceiros da coligação". In *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, v. 21, nº. 85, 1985, p. 45-82. [Consultado em: 01.12.2020]. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3786>

VARELA, Raquel – "Um, dois, três MFA" ... «o Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos – do prestígio à crise». In *Revista Brasileira de História*. Vol. 32 nº.63, São Paulo 2012, pp. 403-422. [Consultado em: 2020.11.14.11]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n63/19.pdf>.